

Camargo Corrêa Infraestrutura S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Camargo Corrêa Infraestrutura S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia possui operações relevantes com partes relacionadas. Nossa opinião não foi modificada por esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é a responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar à atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo suas divulgações, e se representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, sobre o alcance planejado, a época da auditoria e as constatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de maio de 2017



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.567	88.495	Fornecedores		12.670	15.371
Títulos e valores mobiliários	4	3.200	11.560	Empréstimos e financiamentos	9	18	18
Contas a receber de clientes	5	10.972	5.143	Partes relacionadas	6	1.636	61
Partes relacionadas	6	23.976	-	Salários, férias e encargos a pagar		3.363	2.197
Estoques		707	909	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.646	1.806
Bens destinados a venda	7	44	422	Impostos a recolher		3.123	2.304
Outros créditos		733	780	Adiantamento de clientes	6	22.815	59.727
Total do ativo circulante		<u>57.199</u>	<u>107.309</u>	Dividendos propostos	11	4.408	1.011
				Outras obrigações		<u>1.222</u>	<u>1.272</u>
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		<u>50.901</u>	<u>83.767</u>
Outros créditos		14	145				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.147	5.869	NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	88.253	50.309	Empréstimos e financiamentos	9	3	21
Depósitos judiciais		68	57	Provisão para riscos trabalhistas		9	10
		89.482	56.380	Total do passivo não circulante		<u>12</u>	<u>31</u>
Imobilizado	8	8.846	9.619				
Intangível		81	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		<u>98.409</u>	<u>66.001</u>	Capital social	11	77.480	77.480
				Reservas de lucros		<u>27.215</u>	<u>12.032</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>104.695</u>	<u>89.512</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>155.608</u>	<u>173.310</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>155.608</u>	<u>173.310</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITA DE SERVIÇOS	12	182.783	141.228
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	13	<u>(159.926)</u>	<u>(114.966)</u>
LUCRO BRUTO		22.857	26.262
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	13	(401)	(739)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	(263)	1.618
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>22.193</u>	<u>27.141</u>
Receitas financeiras	14	7.558	14.282
Despesas financeiras	14	<u>(181)</u>	<u>(21)</u>
		7.377	14.261
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>29.570</u>	<u>41.402</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	10	(5.257)	(11.144)
Diferidos	10	(4.722)	(3.138)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>19.591</u>	<u>27.120</u>
Lucro por ação (em reais)	11	1,57	2,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.591	27.120
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>19.591</u>	<u>27.120</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
			Reserva legal	Reserva para renovação de equipamentos	Reserva de retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		67.480	-	-	-	(11.077)	56.403	10.000	66.403
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	27.120	27.120	-	27.120
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital		10.000	-	-	-	-	10.000	(10.000)	-
Destinações:									
Reserva legal		-	802	-	-	(802)	-	-	-
Constituição de reserva para renovação de equipamentos		-	-	802	-	(802)	-	-	-
Antecipação de dividendos		-	-	-	-	(3.000)	(3.000)	-	(3.000)
Dividendos mínimos		-	-	-	-	(610)	(610)	-	(610)
Dividendos complementares		-	-	-	-	(401)	(401)	-	(401)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	10.428	(10.428)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		77.480	802	802	10.428	-	89.512	-	89.512
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	19.591	19.591	-	19.591
Destinações:									
Reserva legal	11	-	980	-	-	(980)	-	-	-
Constituição de reserva para renovação de equipamentos	11	-	-	980	-	(980)	-	-	-
Dividendos mínimos	11	-	-	-	-	(4.408)	(4.408)	-	(4.408)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11	-	-	-	13.223	(13.223)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		77.480	1.782	1.782	23.651	-	104.695	-	104.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social:	29.570	41.402
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	557	143
Juros e encargos provisionados	2	3
Juros sobre títulos e valores mobiliários	(5.080)	(14.251)
Juros sobre mútuo	(2.898)	-
Constituição (reversão) de provisão para riscos trabalhistas	(1)	10
Baixa de ativo imobilizado	684	1.506
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(5.829)	318
Partes relacionadas	(276)	195
Estoques	202	(824)
Depósitos judiciais	(11)	(57)
Outros créditos	178	596
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(2.701)	7.329
Partes relacionadas	1.575	(820)
Salários, férias e encargos a pagar	1.166	1.457
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(1.378)	(3.031)
Impostos a recolher	819	558
Adiantamento de clientes	(36.912)	13.433
Outras obrigações	(50)	(171)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações antes dos impostos e juros pagos	(20.383)	47.796
Juros pagos de empréstimos financiamentos	(2)	(3)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.039)	(7.636)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>(24.424)</u>	<u>40.157</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e valores mobiliários	13.440	29.283
Aquisição de ativo imobilizado	(169)	(1.384)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>13.271</u>	<u>27.899</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos para partes relacionadas	(58.746)	(50.309)
Pagamento de dividendos	(1.011)	(3.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(18)	(18)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(59.775)</u>	<u>(53.327)</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(70.928)</u>	<u>14.729</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	88.495	73.766
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>17.567</u>	<u>88.495</u>

CAMARGO CORRÊA INFRAESTRUTURA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Camargo Corrêa Infraestrutura S.A. (“Companhia”) foi constituída em 3 de setembro de 2009, tendo por objetivos principais: (i) exploração dos serviços de planejamento e a execução de projetos e obras de construção pesada, construção e engenharia civil, inclusive de terraplenagem, sob regime de empreitada, administração e outros; (ii) serviços públicos mediante concessão; (iii) serviços de transporte e de apoio aquaviário; (iv) serviço de operação portuária; (v) instalações técnicas de engenharia civil; (vi) montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; (vii) representação; (viii) importação e exportação; (ix) locação, compra e venda de equipamentos e transporte; (x) a exploração da indústria naval, visando elaboração de projetos, construção, reparos, manutenção e modernização de embarcações, incluindo plataformas marítimas para prospecção, produção e armazenagem de petróleo e gás; e (xi) demais atividades relacionadas aos objetivos mencionados anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui deficiência de capital circulante de aproximadamente R\$16.042, excluindo os saldos de transações com partes relacionadas. A Administração acredita que a deficiência será resolvida com contribuição adicional de recursos pela acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas foram as seguintes:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) mantidos para negociação ou (b) empréstimos e recebíveis. Os títulos classificados como mantidos para negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado, e os empréstimos e recebíveis estão mensurados pelo custo amortizado.

3.2. Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável.

3.3. Estoques

São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

3.4. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. Os ativos com base na vida útil linear possuem as seguintes taxas anuais: máquinas e equipamentos – 10%, veículos, móveis e utensílios, ferramentas – 20%, equipamentos de informática e outros - 10% a 20%. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente. A Companhia deprecia máquinas e equipamentos com base nas horas efetivamente utilizadas. Tal procedimento reflete o padrão de aproveitamento dos benefícios econômicos esperados.

3.5. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados como “ativos financeiros por meio do resultado”, demonstrados ao valor justo tendo qualquer ganho ou perda reconhecidos no resultado, e “empréstimos e recebíveis”.

Os passivos financeiros são classificados como “Outros passivos financeiros”, mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

3.6. Contratos de prestação de serviço de construção e contratos onerosos

A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. A receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos.

Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro.

Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável.

Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica “Custo dos serviços prestados” e passivo registrado na rubrica de “Fornecedores”.

Os valores recebidos antes da realização do correspondente serviço são registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica “Adiantamentos de clientes”.

Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica “Contas a receber de clientes”.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis com vida útil definida, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram perda por redução de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de identificar a necessidade de provisão para perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

São reconhecidos sobre os saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais no final de cada exercício.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, prevista na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.9. Lucro básico/diluído por ação

Calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média de ações em circulação durante cada exercício social das demonstrações financeiras.

3.10. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, custo orçado das obras e projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

3.11. Consórcios

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e conseqüentemente têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do Consórcio Construtor São Lourenço e Consórcio Camargo Corrêa / Constran - Programa de Mobilidade Urbana, na proporção do percentual de participação de 13% e 70%, respectivamente.

3.12. Normas novas, revisadas e interpretações emitidas (IFRS)

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, foram emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo “International Accounting Standards Board – IASB” e não aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (d)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014–2016 (a) (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

Os pronunciamentos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Caixa e equivalentes de caixa		Títulos e valores mobiliários	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	36	1.513	-	-
Operações compromissadas	12.145	2.620	-	-
Fundos exclusivos	4.130	84.362	3.200	11.560
Certificados de Depósito Bancário - CDB	1.256	-	-	-
Total	<u>17.567</u>	<u>88.495</u>	<u>3.200</u>	<u>11.560</u>

Em 31 de dezembro de 2016, os fundos exclusivos possuem rentabilidade entre 102% a 112,7% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, compostos substancialmente por aplicações de renda fixa, Letras do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

<u>Composição das contas a receber:</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prestação de serviços nacional – a faturar	8.787	5.143
Prestação de serviços nacional – saldos faturados a vencer	2.185	-
Total	<u>10.972</u>	<u>5.143</u>

Em 31 de dezembro de 2016, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não há indicativos de que os valores não serão realizados.

6. PARTES RELACIONADAS

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	2016		2016	2015	2016	2015
Reembolso de custos	276		-	-	-	-
Mútuo (a)	23.700		88.253	50.309	-	-
Contas a pagar	-		-	-	1.636	61
Total	<u>23.976</u>		<u>88.253</u>	<u>50.309</u>	<u>1.636</u>	<u>61</u>

	Receita		Despesa	
	2016		2016	2015
Serviços de construção			-	(405)
Serviços administrativos			-	(1.223)
Juros sobre mútuo		2.898	-	-
Total		<u>2.898</u>	<u>(1.628)</u>	<u>(67)</u>

(a) Refere-se a contrato de mútuo, com incidência de juros de 3% a.a. com a controladora Camargo Corrêa Construções e Participações S.A.

As transações com partes relacionadas foram feitas com base em condições negociadas entre as partes.

A Companhia possui também saldo de adiantamento de clientes de R\$22.815 (R\$59.727 em 31 de dezembro de 2015) com partes relacionadas referente ao contrato de prestação de serviço de construção da obra do Consórcio Construtor São Lourenço.

Em 2016, foi contabilizada receita líquida de R\$127.290 decorrente desse consórcio (R\$106.624 em 31 de dezembro de 2015).

Não houve remuneração aos administradores nos exercícios de 2016 e 2015.

7. BENS DESTINADOS A VENDA

Representam saldos de máquinas e equipamentos disponibilizados para alienação em 31 de dezembro de 2016. São classificados no ativo circulante pois reflete a melhor expectativa de venda por parte da Administração.

8. IMOBILIZADO

	2016		2015
	Custo	Depreciação acumulada	Custo residual
Máquinas e equipamentos	12.827	(5.628)	7.199
Veículos	5.581	(4.174)	1.407
Equipamentos de informática e outros	108	(61)	47
Ferramentas	61	(16)	45
Móveis e utensílios	179	(32)	147
Imobilizado em andamento	1	-	1
Total	<u>18.757</u>	<u>(9.911)</u>	<u>8.846</u>

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.452
Adições	1.384
Baixas	(1.506)
Depreciação	(141)
Transferência de “bens destinados a venda”	<u>4.430</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.619
Adições	169
Baixas	(684)
Depreciação	(545)
Transferência para intangível	(91)
Transferência de “bens destinados a venda”	<u>378</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>8.846</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a FINAME PSI (Programa Sustentação do Investimento), com vencimento final em 2018, com encargos de 7% a.a.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos do FINAME estão garantidos por alienações fiduciárias dos equipamentos.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do exercício:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	29.570	41.402
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas nominais	(10.054)	(14.077)
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:		
Adições (exclusões) líquidas	<u>75</u>	<u>(205)</u>
	<u>(9.979)</u>	<u>(14.282)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social - correntes	(5.257)	(11.144)
Despesa com imposto de renda e contribuição social - diferidos	(4.722)	(3.138)

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial são compostos como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Natureza ativa:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (*)	1.076	3.381
Provisões para serviços de terceiros	-	2.415
Diferença de vida útil do imobilizado	131	72
Provisão para riscos trabalhistas	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u>1.210</u>	<u>5.871</u>
Natureza passiva:		
Lucros não realizados - órgãos públicos	63	2
Saldo líquido no ativo não circulante	<u>1.147</u>	<u>5.869</u>

(*) A Administração possui expectativa de realização dos créditos tributários em prazo inferior a cinco anos, com base na expectativa de geração de lucros.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$77.480, representado por 12.440.191 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reserva legal

Representa 5% do lucro líquido do exercício observado o limite estabelecido em lei.

Reserva para renovação de equipamentos

Destinada uma parcela de 5% à reserva para renovação de equipamentos, observado o limite máximo de 30% do capital social.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto e com a Lei das Sociedades por Ações.

	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	19.591
Constituição da reserva legal - 5%	(980)
Constituição da reserva para renovação de equipamentos - 5%	(980)
Base para constituição de dividendos	<u>17.631</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	<u>(4.408)</u>
Constituição de reserva para retenção de lucros (*)	<u><u>13.223</u></u>

(*) A constituição de reserva para retenção de lucros será submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2017.

Lucro por ação

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro básico por ação:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	19.591	27.120
Denominador		
Média ponderada de ações	<u>12.440.191</u>	<u>11.861.375</u>
Lucro básico por ação (em reais)	<u><u>1,57</u></u>	<u><u>2,29</u></u>

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas que poderiam diluir os resultados por ação.

12. RECEITAS

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de prestação de serviços - nacionais	196.536	154.557
Deduções das receitas:		
PIS e COFINS	(7.287)	(5.529)
ISS	(6.466)	(5.091)
Contribuição previdenciária (*)	-	(2.709)
	<u>(13.753)</u>	<u>(13.329)</u>
Total	<u><u>182.783</u></u>	<u><u>141.228</u></u>

(*) A partir de 1º de dezembro de 2015 a Companhia optou pela contribuição patronal, sobre a folha de pagamento, conforme lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015 e instrução normativa RFB nº 1.597, de 1º de dezembro de 2015. Em 2016, as despesas com contribuição previdenciária de 20% sobre remuneração estão reconhecidas na rubrica “Salários e benefícios a empregados”.

13. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(55.847)	(46.262)
Serviços de terceiros	(51.558)	(31.408)
Salários e benefícios a empregados	(42.627)	(25.479)
Despesas com aluguéis e condomínio	(6.761)	(6.675)
Despesas com consumo	(2.909)	(2.412)
Despesas com viagens	(626)	(955)
Depreciação e amortização	(557)	(143)
Outras receitas (despesas) líquidas	295	(753)
Total	<u>(160.590)</u>	<u>(114.087)</u>
Custo dos serviços prestados	(159.926)	(114.966)
Despesas gerais e administrativas	(401)	(739)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(263)	1.618
	<u>(160.590)</u>	<u>114.087</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento financeiro	4.612	14.251
Juros sobre mútuo	2.898	-
Outras	48	31
	<u>7.558</u>	<u>14.282</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(2)	(3)
Despesas bancárias	(20)	(5)
Multa sobre obrigações	(26)	(13)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(133)	-
	<u>(181)</u>	<u>(21)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>7.377</u>	<u>14.261</u>

15. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía seguros cobrindo diversos riscos, tais como: riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem, responsabilidade civil e danos materiais, entre outros.

	<u>2016</u>
Danos materiais	108.174
Risco de engenharia	459.984
Responsabilidade civil	68.900
Outros	15.239

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia possui plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a contribuição foi de R\$24 (R\$4 em 31 de dezembro de 2015).

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Gestão de risco de capital

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

	Categoria dos instrumentos financeiros	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Ativos financeiros</u>			
Caixas e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	17.567	88.495
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	3.200	11.560
Contas a receber - faturado	Empréstimos e recebíveis	2.185	-
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	112.229	50.309
<u>Passivos financeiros</u>			
Custo amortizado:			
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	21	39
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	1.636	61

17.2. Exposição a riscos de taxas de juros

As taxas de juros flutuantes nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI e SELIC. Estas posições estão demonstradas a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo:		
CDI	17.358	68.245
SELIC	2.424	15.941

17.3. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, aportes de acionistas e empréstimos e financiamentos de instituições financeiras. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros e compromissos da Companhia, por faixas de vencimento:

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Total</u>
<u>Passivo</u>			
Fornecedores	12.670	-	12.670
Empréstimos e financiamentos	18	3	21

17.4. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, das variações de ativos e passivos expostos a variações do CDI é conforme segue:

<u>Operação</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	<u>Cenário 3</u>
Exposição a índices variáveis			
Títulos e valores mobiliários CDI/SELIC - Receitas financeiras estimadas	2.378	1.783	1.189

O cenário 1 é considerado pela Administração como que melhor reflete suas expectativas, sendo este calculado com base em projeções disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das operações acima, tendo em conta até 12 meses de vencimento. Devido à posição da Companhia, o cenário 2 considera uma desvalorização dos índices em relação ao cenário 1 de 25% e o cenário 3 uma desvalorização de 50%.

18. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Dividendos propostos	4.450	1.011

19. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2017, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.